

## ATA DE REUNIÃO (nº 262)

1  
2 Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, em  
3 cumprimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 566, de 28 de junho de 2018 e  
4 alterações, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Investimentos, através de  
5 videoconferência, composto pelos membros: Adriano Antônio Pazianoto (CPA-10 Anbima,  
6 CP RPPS CODEL II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CGINV III), Daniel Henrique  
7 Martins Biot (CEA ANBIMA e CP RPPS CGINV III), Mário José Piccarelli de Castro  
8 (CPA-20 Anbima, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I), Patrícia Nato Toninato  
9 Bartolomei (CPA-20 Anbima e CP RPPS CGINV I) e Wilclem de Lazari Araújo (CPA-10  
10 Anbima, CP RPPS CGINV III, CP RPPS CODEL II e CP RPPS DIRIG III). A reunião  
11 teve como pauta: **I - Abertura dos Trabalhos; II - Votação da Ata da Reunião Anterior;**  
12 **III - Atendimento dos profissionais da Consultoria de Investimentos; IV -**  
13 **Atendimento de profissionais de instituições financeiras (se houver); V - Avaliação de**  
14 **novos produtos (se houver); VI - Deliberação sobre credenciamentos solicitados (se**  
15 **houver); VII - Deliberação sobre recursos a serem recebidos de “Cupom de NTN-**  
16 **B”.** A coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei,  
17 cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Iniciando a pauta prevista para o dia,  
18 informou que as atas de 16/01/20256 e 28/01/2026 foram disponibilizadas aos membros e  
19 que as sugestões de alterações já haviam sido feitas. **Colocadas em votação, as atas nº 260**  
20 **de 16/01/2026 e nº 261 de 28/01/2026 foram aprovadas por unanimidade.** Dando  
21 continuidade, **os membros atenderam o Sr. Marcos Almeida, da LDB Consultoria**  
22 **Financeira.** O Sr. Marcos Almeida iniciou sua fala destacando que a nova Resolução CMN  
23 nº 5.272/2025 ainda apresenta diversos pontos de interpretação, sendo que o ambiente  
24 político tem exercido influência significativa sobre as discussões e desdobramentos do tema.  
25 Comentou que houve, ao longo dos últimos meses, um ambiente de tensão entre  
26 participantes do mercado, especialmente envolvendo distribuidores, administradores e  
27 associações representativas do setor, o que resultou em maior rigor nos procedimentos e  
28 controles relacionados à distribuição de produtos de investimento. Ressaltou que debates  
29 institucionais, denúncias e posicionamentos de entidades representativas do segmento  
30 contribuíram para o aumento das discussões regulatórias, destacando inclusive manifestações  
31 da associação representativa dos RPPS em relação à atuação de distribuidores e  
32 administradores. Nesse contexto, mencionou que episódios recentes amplamente divulgados  
33 pela mídia também trouxeram repercussões políticas ao tema, reforçando o ambiente de  
34 cautela e incerteza no mercado. Segundo o consultor, o conjunto desses fatores acabou  
35 impactando de forma generalizada os participantes do segmento, não havendo, de maneira  
36 clara, um grupo beneficiado pelas mudanças. Ao contrário, destacou que bancos de  
37 diferentes portes, distribuidores, administradores e os próprios RPPS passaram a adotar  
38 postura mais cautelosa diante das novas condições do mercado. Em relação ao cenário  
39 econômico, o Sr. Marcos Almeida observou que o atual patamar da taxa Selic tem favorecido  
40 o cumprimento das metas atuariais por parte dos regimes previdenciários, uma vez que o  
41 ativo considerado livre de risco continua proporcionando retorno compatível com as metas  
42 baseadas em IPCA acrescido de taxa real. Contudo, ponderou que parte do mercado já  
43 projeta eventual redução das taxas de juros a partir de 2026, o que poderá alterar o ambiente  
44 de oportunidades observado atualmente. O consultor destacou ainda que, embora haja

45 expectativa de desaceleração da economia e possibilidade de início de ciclo de redução da  
46 taxa básica de juros, o mercado segue aguardando sinalizações mais claras por parte do  
47 Banco Central. Ressaltou que os juros reais no Brasil ainda se encontram em patamar  
48 elevado quando comparados internacionalmente, o que mantém atrativa a alocação em  
49 títulos públicos. No tocante à estratégia de investimentos, destacou que a carteira do instituto  
50 encontra-se bem posicionada, com estrutura de governança e controles internos que  
51 possibilitam acesso a estratégias mais sofisticadas e diversificação adequada. Salientou que o  
52 posicionamento em títulos indexados à inflação contribuiu para a proteção entre ativos e  
53 passivos e para o bom desempenho da carteira. Comentou também que, apesar da  
54 valorização observada recentemente no mercado de renda variável, ainda não se verifica  
55 movimento expressivo de alocação por parte de investidores institucionais nessa classe de  
56 ativos, o que pode gerar volatilidade no curto prazo. Alertou que, em razão das mudanças  
57 regulatórias recentes, diversas instituições financeiras reduziram ou suspenderam  
58 temporariamente a oferta de novos produtos ao segmento de RPPS, aguardando maior  
59 clareza sobre o ambiente regulatório. Dessa forma, o mercado encontra-se em período de  
60 adaptação e cautela, com menor volume de novas ofertas de investimentos e maior foco na  
61 preservação de estratégias já consolidadas. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei  
62 relatou que, diante das recentes alterações regulatórias, as instituições financeiras e os  
63 gestores de recursos têm adotado postura cautelosa, priorizando a adequação dos fundos já  
64 existentes às novas exigências normativas. Informou que, no período recente, houve redução  
65 significativa na apresentação de novos produtos ao mercado, sendo que as ofertas recebidas  
66 se concentraram, majoritariamente, em fundos de renda fixa compostos predominantemente  
67 por títulos públicos, estruturados de forma a atender às disposições da nova regulamentação.  
68 Destacou ainda que diversas instituições passaram a promover ajustes em seus fundos  
69 destinados à movimentação cotidiana de recursos, especialmente aqueles utilizados para  
70 gestão de fluxo de caixa dos RPPS, com o objetivo de adequá-los às novas regras. Nesse  
71 contexto, observou-se a substituição ou reestruturação de fundos anteriormente compostos  
72 parcialmente por ativos de crédito privado, passando a apresentar alocação integral em  
73 títulos públicos. Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou que, em alguns casos, fundos  
74 utilizados para movimentação automática de recursos tiveram seu fundo master alterado para  
75 composição integral em títulos públicos, com redução ou eliminação da exposição a crédito  
76 privado. Entretanto, diante da necessidade de atualização de regulamentos e confirmação da  
77 plena adequação às novas regras, o Instituto optou, temporariamente, pela suspensão de  
78 novas aplicações em determinados fundos, mantendo apenas movimentações de resgate até  
79 que as alterações sejam devidamente formalizadas. Relatou também que, para garantir a  
80 continuidade da gestão de liquidez no curto prazo, foram credenciados fundos compatíveis  
81 com a nova regulamentação, tais como fundos referenciados no IRF-M 1 e fundos  
82 compostos integralmente por títulos públicos federais, os quais estão sendo utilizados  
83 provisoriamente para movimentação de recursos até que haja maior clareza quanto às  
84 adequações promovidas pelos demais fundos. O Sr. Marcos Almeida concordou com a  
85 postura adotada, destacando que a regulamentação prevê prazo de até dois anos para  
86 eventuais readequações, o que permite que os institutos realizem ajustes de forma cautelosa e  
87 planejada. Ressaltou que, na visão da consultoria, não há necessidade de promover  
88 desinvestimentos imediatos ou alterações abruptas nas políticas de investimento,

89 especialmente considerando que tais medidas poderiam gerar impactos negativos nas  
90 estratégias de gestão e nos resultados das carteiras. O consultor observou ainda que algumas  
91 interpretações divulgadas recentemente em encontros e apresentações sobre o tema  
92 sugeriram a redução ou até eliminação imediata de determinados limites nas políticas de  
93 investimento, o que, em sua avaliação, poderia gerar movimentos desnecessários de  
94 desinvestimento no mercado. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei levantou  
95 questionamentos acerca das dúvidas interpretativas relacionadas ao processo de  
96 credenciamento de instituições financeiras, especialmente nos casos em que apenas uma das  
97 partes, gestores ou administradores, pertencem a conglomerados financeiros dos segmentos  
98 S1 ou S2 do Banco Central do Brasil, mesmo em situações em que os fundos estejam  
99 adequados às regras vigentes. O Sr. Marcos Almeida observou que essa dúvida tem sido  
100 recorrente entre diversos RPPS, ressaltando que algumas interpretações da regulamentação  
101 ainda geram questionamentos. Como exemplo, mencionou o caso das letras financeiras, nas  
102 quais a norma estabelece limites de alocação para determinadas instituições, mas ao mesmo  
103 tempo restringe o credenciamento, o que pode gerar inconsistências na interpretação prática  
104 da regra. Por fim, foram discutidas dificuldades operacionais relacionadas ao controle das  
105 informações sobre a composição e o passivo dos fundos, considerando que nem sempre  
106 essas informações estão facilmente disponíveis para os investidores institucionais. Nesse  
107 sentido, destacou-se a necessidade de acompanhamento das orientações adicionais que  
108 poderão ser divulgadas pelos órgãos reguladores e pelas instituições do mercado, visando  
109 maior clareza e padronização desses controles. Prosseguindo com a discussão, Patrícia Nato  
110 Toninato Bartolomei manifestou preocupação quanto à obtenção de informações necessárias  
111 para acompanhamento das instituições financeiras e da composição das carteiras dos fundos,  
112 questionando de que forma o Instituto poderia ter acesso a esses dados caso não fossem  
113 divulgados diretamente pelas próprias instituições. Ressaltou que, sem essa comunicação,  
114 torna-se difícil garantir o cumprimento integral das exigências regulatórias. Em resposta, o  
115 Sr. Marcos Almeida destacou que a legislação ampliou os prazos para divulgação das  
116 informações relativas aos ativos pertencentes às carteiras dos fundos. Segundo ele,  
117 anteriormente as instituições deveriam disponibilizar essas informações em até três meses,  
118 prazo que foi posteriormente ampliado para seis meses, podendo chegar a períodos ainda  
119 maiores dependendo da forma de divulgação. Assim, explicou que, caso não seja realizada  
120 uma análise detalhada da carteira por meio de arquivos estruturados, como o formato XML,  
121 torna-se mais difícil identificar de forma tempestiva os ativos que compõem determinado  
122 fundo. O consultor explicou ainda que o sistema utilizado pela consultoria realiza a chamada  
123 “explosão da carteira”, procedimento que permite detalhar os ativos que compõem cada  
124 fundo, oferecendo maior transparência aos investidores institucionais. Contudo, ressaltou  
125 que essas informações nem sempre estão prontamente disponíveis ao público em geral, o  
126 que pode dificultar análises mais atualizadas. Diante desse cenário, Patrícia Nato Toninato  
127 Bartolomei questionou se outros clientes da consultoria estariam buscando plataformas  
128 específicas para auxiliar no cumprimento das exigências de negociação de títulos públicos  
129 através de plataformas eletrônicas e se já haveria exemplos de instituições utilizando esse tipo  
130 de ferramenta. O Sr. Marcos Almeida respondeu que alguns institutos já começaram a  
131 analisar a utilização de plataformas tecnológicas para apoio ao controle e operacionalização  
132 das aplicações financeiras. No entanto, destacou que, até o momento, a adoção dessas

133 ferramentas ainda não é amplamente observada na prática. Segundo ele, muitas instituições  
134 estão avaliando com cautela qual solução adotar, considerando possibilidades como  
135 plataformas disponibilizadas pelas próprias instituições financeiras, sistemas vinculados à B3  
136 ou alternativas de mercado. Acrescentou que, em muitos casos, as operações continuam  
137 sendo realizadas da forma tradicional, por meio do chamado mercado de balcão, com  
138 cotações realizadas via contato direto com as instituições financeiras, por e-mail ou por meio  
139 de solicitações formais. Na sequência, Mário José Piccarelli de Castro questionou quais  
140 seriam as principais diferenças entre a realização de operações por meio de plataformas  
141 eletrônicas e o procedimento atualmente adotado pelo Instituto, realizado via mercado de  
142 balcão, buscando entender se haveria vantagens em termos de segurança, agilidade ou  
143 transparência. O Sr. Marcos Almeida explicou que as plataformas podem trazer benefícios  
144 operacionais e de registro das operações, mas ressaltou que ainda existem dúvidas quanto à  
145 dinâmica prática dessas negociações. Segundo ele, algumas plataformas podem operar com  
146 datas específicas de oferta ou lotes determinados de ativos, o que eventualmente poderia  
147 limitar a flexibilidade das decisões de investimento. Nesse sentido, destacou que ainda estão  
148 sendo levantadas informações sobre o funcionamento dessas ferramentas, justamente para  
149 avaliar de que forma elas podem contribuir para a tomada de decisão sem comprometer a  
150 agilidade necessária para aproveitar oportunidades de mercado. Mário José Piccarelli de  
151 Castro acrescentou que, em alguns casos relatados por outros participantes do mercado, o  
152 uso de determinadas plataformas envolve a comunicação prévia aos intermediários ou  
153 dealers sobre a intenção de realizar determinada operação, o que, na prática, pode resultar  
154 em um processo semelhante ao já realizado atualmente. Patrícia Nato Toninato Bartolomei  
155 também observou que, caso seja necessário avisar previamente os participantes do mercado  
156 sobre as operações, parte do trabalho operacional continuaria existindo, não representando  
157 necessariamente uma redução significativa das atividades administrativas. O Sr. Marcos  
158 Almeida explicou ainda que, de acordo com os entendimentos preliminares da  
159 regulamentação, mesmo nas operações realizadas por meio de plataformas, poderá haver a  
160 participação de uma instituição intermediária, o que reforça a necessidade de compreender  
161 melhor o funcionamento prático dessas ferramentas antes de promover mudanças nos  
162 procedimentos atualmente adotados. Diante disso, orientou que, no curto prazo, não há  
163 necessidade de alteração no modelo operacional atualmente utilizado pelo Instituto,  
164 recomendando a continuidade das práticas já estabelecidas para minimizar impactos  
165 imediatos. Paralelamente, a consultoria informou que continuará acompanhando as  
166 definições do mercado e das autoridades reguladoras, com o objetivo de elaborar material  
167 explicativo contendo possíveis vantagens e desvantagens das diferentes alternativas  
168 disponíveis. Encerrando o tema, reforçou que a recomendação é continuar acompanhando  
169 os desdobramentos da regulamentação e compreender com maior profundidade as  
170 alternativas operacionais disponíveis, para que eventuais mudanças sejam implementadas de  
171 forma segura, fundamentada e alinhada às necessidades do Instituto. Dando continuidade às  
172 discussões, o Sr. Marcos Almeida questionou os participantes sobre eventuais preocupações  
173 em relação ao cenário atual de mercado e possíveis impactos nas estratégias de investimento  
174 do Instituto. Mário José Piccarelli de Castro respondeu que, no momento, não identifica  
175 necessidade de mudanças relevantes na alocação da carteira, destacando que o portfólio do  
176 Instituto se encontra bem-posicionado. Comentou que, recentemente, foi realizada a

177 realização parcial de lucros nas aplicações no exterior, mantendo-se o valor principal  
178 investido e resgatando-se os ganhos obtidos. Acrescentou que tem acompanhado análises de  
179 mercado indicando que alguns investidores internacionais vêm adotando postura mais  
180 cautelosa, aumentando posições em caixa ou realizando resgates, movimento que, segundo  
181 algumas interpretações, poderia refletir expectativas de maior volatilidade ou até possíveis  
182 eventos de crise, comparáveis a períodos anteriores de instabilidade, como o observado em  
183 2008. Ainda assim, ressaltou que o Instituto deve manter cautela e continuar acompanhando  
184 os desdobramentos do mercado. Mencionou também a importância de aguardar a conclusão  
185 das atualizações atuariais decorrentes das mudanças recentes implementadas no plano,  
186 especialmente após a reforma realizada e a alteração das alíquotas. Segundo ele, a partir  
187 dessas informações será possível revisar os estudos de Asset Liability Management (ALM) e,  
188 posteriormente, avaliar eventuais ajustes na estratégia de investimentos, aproveitando as  
189 taxas atualmente disponíveis no mercado. O Sr. Marcos Almeida concordou com a  
190 abordagem, destacando que a estratégia atualmente adotada pelo Instituto já demonstra  
191 consistência e alinhamento com boas práticas de diversificação. Ressaltou que, mesmo no  
192 segmento de renda variável, a carteira possui características diferenciadas, com estratégias  
193 descorrelacionadas do índice de referência. Nesse sentido, citou como exemplo fundos com  
194 estratégias específicas, como aqueles que adotam abordagens semelhantes a fundos de  
195 participação ou de investimento mais concentrado, como os fundos Tarpon, Guepardo e  
196 BTG Pactual Listadas, que buscam geração de valor no longo prazo por meio de análise  
197 fundamentalista e posições mais concentradas em empresas selecionadas. Patrícia Nato  
198 Toninato Bartolomei complementou que essa característica da carteira já havia sido discutida  
199 internamente. Segundo ela, em determinados momentos a rentabilidade da carteira de renda  
200 variável pode apresentar desempenho inferior ao índice de mercado em períodos de forte  
201 valorização, justamente em razão da estratégia descorrelacionada adotada. No entanto,  
202 ressaltou que o objetivo é obter resultados consistentes no longo prazo, com maior  
203 estabilidade e menor dependência dos movimentos pontuais do mercado. Na sequência,  
204 destacou que a composição atual da carteira também contribui para essa estabilidade,  
205 considerando que aproximadamente 60% do patrimônio encontra-se alocado em títulos  
206 públicos, grande parte deles com estratégia de marcação na curva, o que proporciona maior  
207 previsibilidade de resultados ao longo do tempo. Essa configuração tende a reduzir  
208 oscilações mais acentuadas na rentabilidade da carteira, evitando tanto ganhos  
209 extraordinários em momentos específicos quanto perdas relevantes em cenários adversos,  
210 permitindo manter desempenho mais constante no longo prazo. O Sr. Marcos Almeida  
211 reforçou que essa estratégia está alinhada ao objetivo de redução de volatilidade e aumento  
212 da previsibilidade, elementos fundamentais para a gestão de recursos previdenciários.  
213 Destacou que, embora em cenários positivos de mercado sempre exista o desejo de capturar  
214 ganhos mais expressivos, a prioridade deve ser a estabilidade e a segurança do plano. Dando  
215 sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei mencionou que foi encaminhada uma  
216 solicitação para avaliação de proposta apresentada pela Graphen Investimentos, relacionada  
217 à estruturação de um fundo imobiliário exclusivo destinado à integralização dos imóveis  
218 pertencentes ao Instituto. Observou que a data prevista para conclusão da análise havia sido  
219 atualizada para 20 de fevereiro e solicitou informações sobre o andamento dessa avaliação, a  
220 fim de compreender o estágio atual dos estudos realizados pela consultoria. Em relação à

221 proposta apresentada para estruturação de um fundo imobiliário exclusivo, o Sr. Marcos  
222 Almeida informou que já havia iniciado discussões internas com sua equipe, incluindo os  
223 profissionais Ronaldo e Giordano, a fim de avaliar a demanda encaminhada pelo Instituto.  
224 Segundo ele, diante do atual contexto de mercado e das mudanças regulatórias recentemente  
225 discutidas, a equipe optou por adotar uma postura de maior cautela na análise da proposta,  
226 buscando aprofundar os aspectos técnicos e operacionais envolvidos. Ressaltou, contudo,  
227 que a iniciativa do Instituto é vista de forma positiva pela consultoria, especialmente  
228 considerando o potencial de valorização e organização patrimonial que a estruturação de um  
229 fundo imobiliário pode proporcionar. Patrícia Nato Toninato Bartolomei destacou que o  
230 objetivo do Instituto é justamente realizar uma análise abrangente e criteriosa da proposta,  
231 contemplando não apenas a avaliação do gestor, mas também da estratégia do fundo, da  
232 estrutura operacional e dos requisitos necessários para a implementação do projeto.  
233 Enfatizou que a intenção é compreender todos os aspectos envolvidos antes da tomada de  
234 decisão. O Sr. Marcos Almeida concordou com a abordagem e reiterou que, em outros casos  
235 analisados pela consultoria junto a diferentes municípios, muitas propostas semelhantes  
236 acabaram não avançando devido à baixa qualidade ou à insuficiência dos ativos imobiliários  
237 disponíveis para compor o fundo. Em tais situações, segundo ele, a estrutura do projeto não  
238 se mostrava viável. No caso específico da RIOPRETOPREV, no entanto, destacou que os  
239 ativos imobiliários apresentados aparentam possuir qualidade e potencial suficientes para  
240 sustentar a estrutura de um fundo imobiliário, motivo pelo qual a consultoria decidiu  
241 aprofundar a análise com maior atenção. Mário José Piccarelli de Castro reforçou que o  
242 Instituto não possui urgência na tomada de decisão, ressaltando a importância de conduzir o  
243 processo com cautela. Informou que, até o momento, a RIOPRETOPREV recebeu apenas  
244 uma proposta inicial contendo informações preliminares e indicação de taxa de  
245 administração, sendo necessário aprofundar o conhecimento sobre a estrutura da operação.  
246 Comentou ainda que, quando da visita anterior do consultor Ronaldo ao Instituto, foi  
247 discutida a possibilidade de realizar uma visita técnica à empresa Graphen Investimentos,  
248 com o objetivo de compreender melhor o modelo proposto, esclarecer dúvidas e avaliar  
249 detalhadamente a estrutura do projeto. Mencionou também a intenção de contar com o  
250 acompanhamento da consultoria nessa visita, a fim de fortalecer a análise técnica do  
251 processo. Além disso, ressaltou a importância de verificar se existem outros prestadores de  
252 serviço ou instituições capazes de estruturar proposta semelhante, de modo que o Instituto  
253 possa avaliar diferentes alternativas antes de tomar uma decisão definitiva. Nesse sentido,  
254 mencionou a possibilidade de realizar um chamamento público ou processo semelhante para  
255 ampliar o conjunto de propostas analisadas. O Sr. Marcos Almeida concordou com essa  
256 abordagem, afirmando que o processo deve buscar equilíbrio entre cautela e diligência,  
257 evitando tanto a criação de obstáculos excessivos quanto uma eventual condução precipitada  
258 da análise. Durante a discussão, também foi mencionado que o Instituto possui 20 imóveis,  
259 com valor patrimonial estimado em cerca de R\$ 127,8 milhões, os quais poderiam compor a  
260 estrutura inicial do fundo imobiliário. Questionado sobre a existência de avaliações técnicas  
261 desses ativos, Mário José Piccarelli de Castro esclareceu que os imóveis passam por  
262 avaliações periódicas de mercado, realizadas anualmente para fins contábeis e de registro  
263 patrimonial. No entanto, destacou que ainda não foi realizado um estudo específico de  
264 vocação imobiliária, que avalie o potencial de desenvolvimento ou utilização de cada imóvel

265 dentro de um projeto estruturado, estudo que possivelmente faria parte da etapa de  
266 estruturação do fundo. Patrícia Nato Toninato Bartolomei complementou que todos os  
267 imóveis já pertencem formalmente ao Instituto e encontram-se devidamente registrados no  
268 patrimônio da entidade, constando nos demonstrativos oficiais e sendo objeto de avaliações  
269 de mercado regulares. Adriano Antônio Pazianoto acrescentou que as avaliações realizadas  
270 são conduzidas por avaliadores independentes, reforçando a credibilidade das estimativas de  
271 valor atualmente registradas. Diante dessas informações, o Sr. Marcos Almeida observou que  
272 o fato de os imóveis já estarem sob domínio da unidade gestora representa um ponto  
273 positivo relevante, uma vez que, em outros casos analisados, ainda existiam etapas prévias  
274 relacionadas à transferência ou regularização patrimonial dos ativos. O consultor informou  
275 ainda que a equipe da consultoria discutiu recentemente a demanda específica do Instituto,  
276 reforçando a necessidade de uma análise mais aprofundada da proposta. Segundo ele, a  
277 expectativa é que nos próximos dias a equipe avance na avaliação, buscando identificar com  
278 maior clareza a viabilidade do projeto. Mário José Piccarelli de Castro também destacou uma  
279 preocupação adicional relacionada à estrutura de custos da operação, ressaltando que,  
280 diferentemente de aplicações financeiras tradicionais — nas quais as taxas de administração  
281 são descontadas diretamente da rentabilidade —, no caso do fundo imobiliário seria  
282 necessário arcar diretamente com custos administrativos ao longo do tempo. Segundo ele,  
283 considerando que o patrimônio aportado será composto por imóveis e que o retorno  
284 financeiro pode levar um período mais longo para se concretizar, é fundamental avaliar  
285 cuidadosamente as condições contratuais, os custos envolvidos e as garantias necessárias  
286 para assegurar que o projeto seja economicamente viável e vantajoso para o Instituto. O Sr.  
287 Marcos Almeida concordou com a observação e afirmou que a consultoria continuará  
288 acompanhando o processo, auxiliando na análise das propostas e no esclarecimento dos  
289 aspectos técnicos necessários. Por fim, informou que buscará acelerar internamente a análise  
290 da proposta, mantendo o Instituto informado sobre os avanços e eventuais conclusões  
291 preliminares da equipe técnica. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei informou  
292 que houve aprovação da reforma da previdência no Município no final do ano anterior, o  
293 que pode alterar parcialmente o fluxo atuarial. Segundo ela, a nova avaliação atuarial ainda  
294 está sendo finalizada e deve ser apresentada provavelmente no mês seguinte. A intenção é  
295 que com essa atualização seja elaborado novo estudo de ALM dentro do contrato vigente  
296 com a consultoria de investimentos. Mário José Piccarelli de Castro acrescentou que sua  
297 principal preocupação está relacionada à redução significativa das contribuições  
298 suplementares. Com essa redução, haverá menor entrada de recursos mensalmente. Ele  
299 explica que, embora o déficit tenha diminuído, o prazo da dívida foi alongado, o que altera o  
300 fluxo de caixa projetado. Isso pode impactar decisões relacionadas ao prazo dos  
301 investimentos, especialmente na escolha dos vértices da curva de juros. Segundo ele, diante  
302 dessa nova dinâmica, talvez não seja o momento ideal para travar recursos em títulos muito  
303 longos, como vencimento em 2060. Em vez disso, pode ser mais prudente concentrar parte  
304 das aplicações em prazos intermediários ou mais curtos, até que haja maior clareza sobre o  
305 fluxo de recursos futuro. O Sr. Marcos Almeida concordou e observou que, mantendo-se a  
306 avaliação atuarial, as premissas provavelmente não sofrerão mudanças drásticas. Mário José  
307 Piccarelli de Castro também comentou que em agosto haverá o recebimento de um  
308 montante relevante proveniente do vencimento de títulos com vencimento em 2026 (B26).

309 Até lá, acredita que o fluxo financeiro estará organizado o suficiente para permitir novos  
310 aportes conforme a estratégia definida. Patrícia Nato Toninato Bartolomei complementou  
311 informando que, no fechamento de janeiro, o valor projetado do vencimento do B26 está em  
312 torno de R\$ 50 milhões. O Sr. Marcos Almeida observou que se trata de um valor expressivo  
313 e que, com a nova avaliação atuarial apresentada antes do vencimento desses recursos, ainda  
314 seria possível realizar ajustes táticos antecipadamente. Enfim, os membros agradecem a  
315 participação do consultor de investimentos que se despede e deixa a reunião. Dando  
316 continuidade à pauta, os membros passaram a discutir sobre o recebimento de recursos de  
317 cupom de NTN-B que ocorrerá no 18 de fevereiro. Os membros manifestaram interesse em  
318 antecipar a compra para aproveitamento das taxas ofertadas. Patrícia Nato Toninato  
319 Bartolomei explicou que, para antecipar a compra do título público antes da entrada efetiva  
320 do cupom das NTN-B, seria necessário utilizar recursos que atualmente estão alocados em  
321 algum fundo referenciado DI. Esses recursos seriam utilizados temporariamente para realizar  
322 a operação e, posteriormente, quando o cupom entrasse na conta do instituto, o valor seria  
323 recomposto ao fundo de origem. A discussão então passa a avaliar se existe algum fundo DI  
324 na carteira cuja retirada temporária de recursos não prejudicaria a estratégia atual de alocação.  
325 Patrícia Nato Toninato Bartolomei reforça que as taxas das NTN-B estavam naquele  
326 momento em níveis próximos de 7,1% ao ano acima da inflação para os vértices mais  
327 longos, enquanto vértices intermediários apresentavam taxas ligeiramente superiores. Na  
328 sequência das discussões acerca da alocação dos recursos provenientes do cupom das NTN-  
329 B, Patrícia Nato Toninato Bartolomei esclareceu que o cenário apresentado abria a  
330 possibilidade de duas alternativas de investimento. A primeira consistia em reforçar posições  
331 nos vértices mais longos da curva, conforme originalmente indicado no estudo de ALM,  
332 enquanto a segunda consistia em aproveitar vértices intermediários, como forma de  
333 equilibrar melhor a distribuição dos vencimentos da carteira diante das incertezas  
334 relacionadas ao fluxo de caixa futuro do instituto. Patrícia Nato Toninato Bartolomei  
335 destacou que a decisão também deveria considerar a preocupação anteriormente levantada  
336 por Mário José Piccarelli de Castro, referente à eventual alteração do fluxo financeiro em  
337 decorrência da reforma previdenciária, o que poderia demandar maior necessidade de  
338 liquidez em prazos mais curtos. Diante dessas considerações, os membros presentes  
339 passaram a discutir qual alternativa seria mais adequada entre manter a estratégia  
340 originalmente prevista no estudo de ALM, priorizando os vértices mais longos, ou direcionar  
341 o novo recurso para um vértice intermediário, reduzindo o risco de descasamento de fluxo  
342 no curto prazo. Na sequência, Patrícia Nato Toninato Bartolomei analisou os aspectos  
343 operacionais da movimentação dos recursos, especialmente no que se referia a sugestão  
344 trazida pelos membros de resgate total do fundo BB Prev RF Ref DI LP Perfil FIC FIF RL.  
345 Patrícia Nato Toninato Bartolomei explicou que, por se tratar de um resgate integral, apesar  
346 do fundo possuir prazo de resgate D+0, o pedido deveria ser realizado no mesmo dia em  
347 que fosse solicitada a cotação da operação, uma vez que parte do valor seria liberada apenas  
348 no processamento noturno do fundo. Dessa forma, para evitar eventuais problemas de  
349 liquidação da operação, o pedido de resgate seria realizado antecipadamente, de forma mais  
350 prudente, garantindo que os recursos estivessem disponíveis no dia seguinte para a  
351 liquidação da compra do título público. Lembrou ainda que o Banco do Brasil não está  
352 isentando a Riopretoprev das taxas de movimentação de conta. Após a definição desses

353 aspectos operacionais, Patrícia Nato Toninato Bartolomei questionou os presentes acerca de  
354 qual vértice da curva deveria ser utilizado para aquisição de nova NTN-B. Os participantes  
355 então passaram a discutir a NTN-B com vencimento em 2033, cuja taxa indicativa naquele  
356 momento encontrava-se próxima de IPCA mais 7,64% ao ano. Mário José Piccarelli de  
357 Castro sugeriu considerar um nível mínimo de corte próximo de IPCA mais 7,5% ao ano,  
358 entendendo que taxas inferiores a esse patamar deixariam de apresentar atratividade  
359 adequada no contexto da estratégia da carteira. Daniel Henrique Martins Biot e Adriano  
360 Antônio Pazianoto concordaram com o parâmetro proposto, manifestando entendimento de  
361 que a operação poderia ser realizada desde que a taxa se mantivesse acima de IPCA + 7,5%  
362 ao ano. Adriano Antônio Pazianoto questionou qual seria o ganho aproximado desse retorno  
363 em relação à meta atuarial do instituto. Mário José Piccarelli de Castro comentou que,  
364 considerando a meta atuarial vigente, uma taxa próxima de IPCA mais 7,5% ao ano  
365 representaria algo em torno de cinquenta por cento acima da meta, a depender da  
366 metodologia específica de cálculo utilizada. Adriano Antônio Pazianoto ponderou que, sob  
367 uma forma mais direta de cálculo, o ganho em relação à meta estaria mais próximo de trinta  
368 e dois a trinta e três por cento acima do necessário para o cumprimento do objetivo atuarial,  
369 o que ainda representaria um patamar bastante confortável do ponto de vista da estratégia de  
370 investimentos. Assim, **os membros deliberaram, por unanimidade, pela compra de R\$**  
371 **10 milhões em NTN-B com vencimento em 2033, com remuneração acima de**  
372 **IPCA+7,50%, acima da meta atuarial, marcados na curva, com recursos a serem**  
373 **resgatados dos fundos BB Prev RF Ref DI LP Perfil FIC FIF RL (resgate total),**  
374 **CNPJ: 13.077.418/0001-49, e CAIXA BRASIL FIF RF Ref DI LP – RL, CNPJ:**  
375 **03.737.206/0001-97.** Por fim, como a operação de compra de NTN-B seria antecipada ao  
376 recebimento dos recursos de cupom, Patrícia Nato Toninato Bartolomei sugeriu que os  
377 recursos de cupom recebidos das NTN-Bs fossem aplicados no fundo Caixa IRF-M 1,  
378 fundo 100% título público, mantendo tais recursos temporariamente em estratégia de curto  
379 prazo, porém que garante o atingimento da meta atuarial. Os membros concordaram com o  
380 encaminhamento proposto. Dessa forma, **foi deliberado, por unanimidade, pela**  
381 **alocação dos recursos a serem recebidos de cupom de NTN-B vencimento par no**  
382 **fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE**  
383 **INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE**  
384 **LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06.** Os membros **deliberaram ainda, por**  
385 **unanimidade, se necessário, pela utilização do fundo CAIXA BRASIL IRF-M 1**  
386 **TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA**  
387 **FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ: 10.740.670/0001-06, em caso de**  
388 **resgate antecipado do fundo BB Prev RF Ref DI LP Perfil FIC FIF RL, CNPJ:**  
389 **13.077.418/0001-49, por se tratar de resgate total, até liquidação da compra de NTN-**  
390 **B.** Tal operação se fará necessária caso não seja possível a aquisição das NTN-Bs no dia  
391 previsto, garantindo que os recursos não fiquem um período sem aplicação. Sem mais  
392 assuntos, a presente reunião foi finalizada. Para constar, eu, Patrícia Nato Toninato  
393 Bartolomei, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim  
394 assinada e por todos os presentes. Ata aprovada, por unanimidade, na reunião ordinária de  
395 11/03/2026 (primeira reunião ordinária de março de 2026).



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E6B6-2AF5-6289-13A6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PATRÍCIA NATO TONINATO BARTOLOMEI (CPF 326.XXX.XXX-02) em 12/03/2026 10:22:04 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT (CPF 410.XXX.XXX-57) em 12/03/2026 10:57:20 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 12/03/2026 11:30:49 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO (CPF 327.XXX.XXX-48) em 13/03/2026 16:49:37 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 24/03/2026 16:18:24 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/E6B6-2AF5-6289-13A6>